



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Projecto de Resolução n.º 454/XI-2ª

Propõe medidas de recuperação e valorização do Paço dos Henriques,
em Alcáçovas

Preâmbulo

Há vários anos que o PCP vem alertando para o preocupante estado de degradação e abandono do Paço dos Henriques, em Alcáçovas no concelho de Viana do Alentejo, afirmando a necessidade de uma intervenção que garanta a recuperação e valorização daquele imóvel classificado em termos condizentes com a sua importância.

Trata-se de um palácio mandado construir por D. Dinis, tendo sido edificado no século XIV. Foi propriedade e residência real preferida de D. João II e palco de importantes cerimónias, tendo sido este o local escolhido por D. Afonso V para receber a embaixada dos Reis Católicos para assinatura, em 1479, do Tratado de Alcáçovas – tratado precursor do Tratado de Tordesilhas – que poria termo à guerra sucessória de Castela.

A estrutura que o palácio hoje apresenta resulta da reforma ordenada em meados do século XVI por D. Fernando Henriques, alcaide-mor de Évora, tratando-se de um edifício de arquitectura maneirista que incorpora vestígios góticos e manuelinos, sendo constituído por dois volumes rectangulares dispostos perpendicularmente.

Destacam-se no conjunto, como elementos de particular interesse, o pórtico e as janelas manuelinas, as chaminés que se erguem a partir de cada uma das fachadas laterais, os exuberantes elementos decorativos da fachada bem como a capela do Paço edificada em 1622 por ordem de D. Henrique Henriques e inicialmente dedicada a S. Jerónimo, tendo hoje como padroeira Nossa Senhora da Conceição.

Considerando que a importância histórica, cultural e patrimonial do Paço dos Henriques se projecta não só em termos nacionais mas também internacionalmente, o PCP sempre afirmou que era indispensável que o Estado assumisse as suas responsabilidades na recuperação do imóvel e envolvesse a comunidade e instituições



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

locais na sua valorização e dinamização enquanto espaço privilegiado de vivências sociais e colectivas.

Em coerência com estas posições, o PCP tem assumido uma intensa intervenção em defesa da recuperação do Paço dos Henriques, quer na Assembleia da República quer ao nível autárquico.

Foram apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República inúmeras propostas em sucessivos Orçamentos de Estado, incluindo no Orçamento de Estado para 2011, com vista a garantir os meios financeiros necessários à referida intervenção de recuperação do imóvel.

Ao nível autárquico, o PCP desenvolveu um intenso trabalho com vista à definição de soluções para recuperação e utilização do imóvel, envolvendo a população e associações locais e de defesa do património num profundo debate público que culminou há cerca de 9 anos com a definição de um programa de intervenção e utilização do Paço dos Henriques.

Este programa prevê a recuperação do imóvel e o seu aproveitamento para uso público com a instalação de um arquivo documental relativo à época dos Descobrimentos, de gabinetes de trabalho para fins de investigação, de um espaço para actividades destinadas aos jovens, de um pequeno posto de turismo, de uma zona de exposição permanente dedicada a artesãos e ao artesanato e também com a construção de um auditório com capacidade para 120 pessoas, dotado de equipamento de projecção de cinema que permitisse igualmente o aproveitamento da zona do espaço exterior do Paço.

Lamentavelmente, o trabalho desenvolvido pelo PCP ao nível autárquico e parlamentar, bem como o envolvimento da população de Alcáçovas no sentido de se encontrar uma solução para a valorização do seu património, acabou por encontrar sistematicamente como obstáculo intransponível a indisponibilidade do Governo para assumir as responsabilidades que lhe cabem – a recuperação do imóvel – inviabilizando o avanço do projecto.

Com efeito, trata-se de um imóvel classificado que é propriedade do Estado, sendo da responsabilidade do Governo, mais concretamente do Ministério da Cultura, garantir a sua recuperação e conservação com vista à afectação ao uso público desejado e definido pela população.

No passado dia 11 de Janeiro, depois das chuvas intensas que se fizeram sentir um pouco por todo o distrito de Évora, multiplicaram-se as notícias dando conta dos prejuízos causados no Paço dos Henriques.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Felizmente os estragos causados não são irreparáveis nem põem em causa a estabilidade do edifício mas tornou-se ainda mais evidente a necessidade de uma intervenção estrutural no edifício, não só no sentido de garantir a sua recuperação e conservação mas também para que finalmente seja concretizado o projecto de aproveitamento e valorização daquele imóvel.

Assim sendo, o PCP apresenta o presente:

Projecto de Resolução

Nos termos da alínea b) do artigo 156.º da Constituição e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento, a Assembleia da República recomenda ao Governo que:

1. Sejam assumidas integralmente pelo Governo as responsabilidades que lhe cabem, nomeadamente garantindo a intervenção de recuperação e a manutenção do Paço dos Henriques;
2. Seja dado cumprimento ao projecto de valorização do Paço dos Henriques, definido há cerca de 9 anos com o envolvimento das autarquias e das associações locais e de defesa do património, com vista ao seu aproveitamento para uso público, prevendo nomeadamente:
 - a) a instalação de um arquivo documental;
 - b) a instalação de gabinetes de trabalho para fins de investigação e de um espaço para actividades destinadas aos jovens;
 - c) a instalação de um pequeno posto de turismo e de uma zona de exposição permanente dedicada a artesãos e ao artesanato;
 - d) a construção de um auditório com capacidade para 120 pessoas, dotado de equipamento de projecção de cinema que permita igualmente o aproveitamento da zona do espaço exterior do Paço.

Assembleia da República, 15 de Março de 2011

Os Deputados,

JOÃO OLIVEIRA; RITA RATO; JOÃO RAMOS; BERNARDINO SOARES;
MIGUEL TIAGO; JORGE MACHADO